

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos, cereais, sementes e fertilizantes, na importação e exportação, beneficiamento, distribuição e participação em outras sociedades. Complementam as atividades da controladora através de sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS S.A., a administração de imóveis e comércio imobiliário.

A emissão dessas informações demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração, em 10 de março de 2016.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais do relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

Nas demonstrações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas:

- Real Empreendimentos S/A- (direta)
- Josapar Internacional-(direta)
- Copérnico S/A- (indireta)
- Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda- (indireta)
- Real Rio Grande Ltda- (indireta)
- Shopping João Pessoa S/A- (indireta)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

As receitas provenientes da venda de bens são reconhecidas quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa

e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c) Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 5, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 57 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

d) Estoques

Os estoques da controladora são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão ajustados ao valor justo.

e) Imobilizado, intangível e diferido

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

A política de distribuição de lucros, não leva em conta, os impactos da adoção dos CPCs.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº10, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica.

Amortização do diferido, pelo método linear, a taxas anuais é de 10%. Conforme permitido pela Lei 11.941/09, a empresa optou por continuar amortizando os saldos do diferido até atingir sua amortização total.

A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

f) Leasing e arrendamentos mercantil

A Companhia possui contratos de arrendamento classificados como financeiros. Esses são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos dos arrendamentos, sendo amortizados conforme vida útil do bem.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato.

O bem imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil econômica do ativo.

g) Investimentos

Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representados por imóveis pertencentes à controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício.

A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas as demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas (conforme deliberação CVM nº 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

h) Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

i) Imposto de Renda e contribuição social

Na controladora estão calculados com base no lucro real e na controlada com base no lucro presumido, sendo o Imposto de Renda à alíquota de 15% e 10% de adicional e Contribuição Social de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos no ativo circulante para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

j) Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

k) Provisões para contingências

A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

l) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 2, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

m) Moeda

Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da companhia e sua controlada as expõem a alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico que segue políticas previamente estabelecidas no sentido de proteger sua integridade financeira e operacional.

Riscos cambiais decorrentes de operações de compra e venda no mercado externo estão completamente atrelados a prazos e volumes que se equivalem, o que forma uma proteção natural para eventuais variações futuras.

Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde se toma por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.

As políticas de vendas e concessão de crédito da companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O prazo médio de recebimento encontra-se em 57 dias e a perda reconhecida no ano foi de 0,05% sobre o faturamento.

Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a companhia ao risco de valor justo associado à variação taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes financeiros, formando um hedge natural composto por ativos financeiros indexados às mesmas taxas, estoques, clientes e outros recebíveis.

Em atendimento a instrução normativa CVM nº550/08 a companhia e sua controlada procederam uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação a valores de mercado (Impairment).

O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras está descrito na nota explicativa nº 3, sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação.

O endividamento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano e UMBNDES). O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida da companhia, em reais:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Ativos				
Aplicações financeiras/disponibilidades	7.741	3.470	7.741	3.470
Contas a receber de clientes	15.390	7.331	15.390	7.331
	23.131	10.801	23.131	10.801
Empréstimos e financiamentos	(5.952)	(5.442)	(5.952)	(5.442)
	(5.952)	(5.442)	(5.952)	(5.442)
Exposição ativa líquida	17.179	5.359	17.179	5.359

Instrumentos financeiros derivativos

A companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TJLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a companhia contratou alguns financiamentos em moeda estrangeira regulados pelas Resoluções 2.770/00 e 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pela Lei 4.131/62. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protege integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade base 31.12.2015 em R\$ mil:

Risco: alto do CDI
 CDI Dez.2015: 14,25% a.a
 Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato

					Cenários		
					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
					manutenção 14,25% CDI aa	> 25% 17,81% CDI aa	> 50% 21,38% CDI aa
Data base	Valor	Spread	Index	Vencimento			
31.12.2015	R\$230.320	diversos	CDI	diversos	R\$269.098	R\$277.756	R\$286.453
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato					R\$0	R\$8.658	R\$17.356

* O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º. da Instrução CVM 475.08.

** Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Clientes mercado interno	204.463	186.776	212.229	196.175
Clientes mercado externo	15.390	7.331	15.390	7.331
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.121)	(1.461)	(6.975)	(5.315)
Total	216.732	192.646	220.644	198.191

6. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Adiantamentos fornecedores de arroz	154.918	122.557	154.918	122.557
Adiantamentos fornecedores diversos	11.475	8.355	11.475	8.355
Total	166.393	130.912	166.393	130.912

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Produtos acabados e semi - elaborados	61.269	60.912	61.269	60.912
Mercadorias para revenda	2.178	2.706	2.178	2.706
Matérias-primas	130.772	97.642	130.772	97.642
Produtos com terceiros	-	217	-	217
Outros	8.601	7.376	8.601	7.376
Imóveis	-	-	34.589	34.589
Total	202.820	168.853	237.409	203.442

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>				
PIS e COFINS	51.370	42.253	51.452	42.253
IPI- Habilitação/transitado em julgado	15.062	-	15.062	-
INSS	433	433	433	433
ICMS	4.968	4.465	4.968	4.465
IRRF- IRPJ e CSLL- saldo negativo	4.020	2.359	4.091	2.554
Total	75.853	49.510	76.006	49.705
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>				
PIS, COFINS e ICMS s/ imobilizado	476	553	476	553
FINSOCIAL	1.575	1.575	1.575	1.575
IRPJ e CSLL discussão judicial	2.263	2.268	2.263	2.268
Outros créditos	229	229	229	229
Total	4.543	4.625	4.543	4.625

Os créditos reconhecidos de PIS e COFINS são oriundos de compras no mercado interno e utilizados na compensação de outros tributos federais.

O crédito reconhecido de IPI, sobre a aquisição de matéria prima, material auxiliar e material de embalagem, utilizados na industrialização de produtos não tributados (Lei 9.779/99), refere-se à habilitação de crédito decorrente de decisão judicial transitada em julgado, com deferimento do pedido de habilitação (Despacho Decisório DRF/POA/SEORT n 084/2016), com previsão de compensação integral durante o exercício de 2016.

Os demais saldos referem-se ao aproveitamento de PIS, COFINS e ICMS nas aquisições do ativo imobilizado, saldos negativos de IRPJ e CSLL, e outros créditos usuais da operação.

A administração vem compensando os créditos com débitos das operações normais da companhia.

9. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre controlada

	Número de ações	Participação capital social (%)	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro líquido	Equivalência Patrimonial
Real Empreendimentos S.A	185.740	54,7507	354.530	49.500	12.581	6.888
Josapar Internacional	50	100	240	195	-	-

b) Composição dos investimentos

	Controladora				Consolidado		
	Real Empreendimentos	Josapar Internacional	Outros	TOTAL	Propriedades para investimentos	Outros	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2014	189.173	163	504	189.840	301.318	3.235	304.553
Reflexo ajustes em controladas	10	77	(14)	73	-	365	365
Dividendos a receber	(1.963)			(1.963)			
Equivalência Patrimonial	6.888	-	-	6.888	-	-	-
Propriedades p. Investimentos	-	-	-	-	2.148	-	2.148
Em 31 de dezembro de 2015	194.108	240	490	194.838	303.466	3.600	307.066

10 . IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E DIFERIDO

Controladora

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, Instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2013	27.347	105.170	616	69.153	20.728	12.546	235.560
Adições	6	-	-	8.548	3.749	74	12.377
Baixas	-	-	-	(701)	(283)	(2)	(986)
Baixa depreciação	-	-	-	382	-	2	384
Transferências	-	-	-	1.007	(9.982)	8.975	-
Depreciação	-	(2.569)	(105)	(6.533)	-	(2.201)	(11.408)
Valor residual em 31 de dezembro de 2014	27.353	102.601	511	71.856	14.212	19.394	235.927
Adições	-	-	123	8.875	13.579	331	22.908
Baixas	(1.476)	(1.798)	(97)	-	-	(157)	(3.528)
Baixa depreciação	-	1.314	63	-	-	157	1.534
Transferências	-	-	-	30	(45)	15	-
Depreciação	-	(2.568)	(104)	(6.968)	-	(2.547)	(12.187)
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	25.877	99.549	496	73.793	27.746	17.193	244.654

Consolidado

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2013	27.347	105.170	1.163	69.611	21.843	13.142	238.276
Adições	6	-	-	8.548	4.161	80	12.795
Baixas	-	-	(303)	(701)	(288)	(2)	(1.294)
Baixa depreciação	-	-	137	382	-	2	521
Transferências	-	-	-	1.007	(9.982)	8.975	-
Depreciação	-	(2.569)	(225)	(6.547)	-	(2.323)	(11.664)
Valor residual em 31 de dezembro de 2014	27.353	102.601	772	72.300	15.734	19.874	238.634
Adições	-	-	1.850	8.877	13.680	337	24.744
Baixas	(1.476)	(1.798)	(289)	-	-	(157)	(3.720)
Baixa depreciação	-	1.314	149	-	-	157	1.620
Transferências	-	-	-	30	(45)	15	-
Depreciação	-	(2.568)	(536)	(6.974)	-	(2.670)	(12.748)
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	25.877	99.549	1.946	74.233	29.369	17.556	248.530

O saldo de intangíveis está composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Marcas e patentes. direito de uso	Softwares	Total	Marcas e patentes. direito de uso	Softwares	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2013	1.826	153	1.979	1.861	166	2.027
Adições	-	16	16	-	16	16
Depreciação	-	(80)	(80)	-	(83)	(83)
Valor residual em 31 de dezembro de 2014	1.826	89	1.915	1.861	99	1.960
Adições	-	20	20	-	20	20
Depreciação	-	(63)	(63)	-	(67)	(67)
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	1.826	46	1.872	1.861	52	1.913

As taxas de depreciação praticadas são as seguintes:

Imóveis prédios	2,8% a.a
Veículos	20 % a.a
Veículos industriais	10% a.a
Máquinas e equipamentos nacionais e importados	6% e 7% a.a
Móveis e utensílios	10% a.a
Instalações e benfeitorias	10% a.a
Sistemas e equipamentos e informática	33% a.a

A realização do ajuste de avaliação patrimonial referente aos NBC TG-27 em 31.12.2015 foi de R\$1.846 empresa e consolidado, em 2014- (R\$847 empresa), (R\$952 consolidado). As provisões para Imposto de renda e contribuição social foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas vigentes.

DIFERIDO

O saldo do diferido em 31 de dezembro de 2015 é de R\$73 -(R\$88 em 2014), a amortização no exercício foi de R\$15 -(R\$15 em 2014), calculada pelo método linear a taxa anual de 10%.

11. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

PASSIVO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
<u>Moeda interna</u>				
Financiamento para investimentos	7.187	7.655	7.242	7.740
Crédito Rural-EGF	17.019	41.072	17.019	41.072
Crédito Rural – recursos livres	37.402	-	37.402	-
Capital de giro	388.730	245.140	388.730	245.140
Arrendamento mercantil	-	7	467	30
Total	450.338	293.874	450.860	293.982
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamento para investimentos	446	297	446	297
Capital de Giro-FINIMP	5.952	5.442	5.952	5.442
Total	6.398	5.739	6.398	5.739
TOTAL CIRCULANTE	456.736	299.613	457.258	299.721

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Moeda interna

Financiamento para investimentos	31.645	21.279	31.645	21.279
Capital de giro	234.614	335.410	234.614	335.465
Crédito Rural – recursos livres	18.916	-	18.916	-
Arrendamento mercantil	-	-	300	-
Total	285.175	356.689	285.475	356.744

Moeda estrangeira

Financiamento para investimentos	1.376	1.483	1.376	1.483
Total	1.376	1.483	1.376	1.483
TOTAL NÃO CIRCULANTE	286.551	358.172	286.851	358.227

Vencimentos de longo prazo	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
2016	-	242.565	-	242.620
2017	201.994	76.044	202.294	76.044
2018	54.785	24.149	54.785	24.149
2019	11.904	9.491	11.904	9.491
2020	4.089	2.111	4.089	2.111
2021	3.936	2.047	3.936	2.047
2022	2.703	1.021	2.703	1.021
2023	2.147	736	2.147	736
2024	1.669	8	1.669	8
2025	1.662	-	1.662	-
2026	1.662	-	1.662	-
Total	286.551	358.172	286.851	358.227

	Indexador	Taxa
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	6,00% a.a
Investimentos em moeda nacional	TJLP	4,92% a.a
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	1,32% a.a
Investimentos em moeda nacional	UMBNDDES	3,46% a.a
Crédito Rural – recursos obrigatórios	Pré-fixado	10,50% a.a
Crédito Rural – recursos livres	Pré-fixado	12% a.a
Crédito Rural – recursos livres	CDI	2,10% a.a.
Capital de Giro-FINIMP	VC US\$	5,32% a.a
Capital de Giro	CDI	1,77% a.a

a) Empréstimos nacionais:

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 2,5% aa a 8,70% a.a. Os financiamentos de capital de giro, são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural – recursos obrigatórios - são contratados a taxa pré-fixada de 10,50%a.a., linhas de crédito rural com recursos livres são contratadas em taxa pré-fixada de 12%a.a. e pós fixadas – spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária, aval, e penhor mercantil de estoques para as operações de crédito rural.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas das Resoluções 2.770, 3.844 e Lei 4.131. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

b) Empréstimos no exterior:

Os financiamentos de importação no passivo circulante equivalem a US\$1.524 aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

12. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			Consolidado	
	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante	Juros s. capital próprio e Dividendos	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	711	-	5.756	-	-
Peroli Participações S.A.	-	(1.505)	-	1.253	(1.505)
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	151	-	-	776	-
Ferragens Vianna S.A.	270	-	-	270	-
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	527	-	-	527	-
Outros	536	-	-	5.409	-
Em 31 de dezembro de 2015	2.195	(1.505)	5.756	8.235	(1.505)
Real Empreendimentos S.A.	297	-	3.793	-	-
Peroli Participações S.A.	-	(976)	-	1.168	(976)
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	59	-	-	684	-
Ferragens Vianna S.A.	127	-	-	127	-
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	206	-	-	206	-
Outros	216	-	-	298	-
Em 31 de dezembro de 2014	905	(976)	3.793	2.483	(976)

Os saldos com partes relacionadas, não resultam de transações que envolvam atividade operacional da companhia, todos os valores são recuperáveis e não representam risco de perda para a companhia.

Neste exercício não foi registrado nenhuma provisão para crédito de liquidação duvidosa, e nenhuma despesa decorrente de perda de dívidas incobráveis relacionada aos saldos de operações com partes relacionadas em aberto.

No exercício findo em 31.12.2015, o montante pago a título de remuneração dos administradores e conselheiros de administração totalizou R\$9.511 (5.835 em 31.12.2014), e esta registrado nas contas, remuneração da administração e participações, ambas no resultado.

A companhia não efetua remunerações ao pessoal chave da administração para as seguintes categorias: a) benefícios de curto e longo prazo a empregados e administradores; b) benefícios pós-emprego; c) outros benefícios de longo prazo; d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e) remuneração baseada em ações.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRIBUTÁRIAS E TRIBUTOS DIFERIDOS - NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Tributos s. deprec. Incentivada	358	389	1.208	1.239
IRPJ e CSLL diferidos(*)	5.951	3.266	5.951	3.266
REFIS(**)	2.878	7.142	2.878	7.142
	9.187	10.797	10.037	11.647

As provisões para imposto de renda e contribuição social sobre depreciação acelerada incentivada foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas previstas na legislação tributária em vigor.

(*) vide nota 14.b

(**) Vide nota 18

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Natureza dos tributos diferidos - Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Contribuição social diferida	1.356	-	1.356	-
Imposto de renda diferido	3.765	-	3.765	-
	<u>5.121</u>	<u>-</u>	<u>5.121</u>	<u>-</u>

b) Natureza dos tributos diferidos - Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Contribuição social diferida	1.575	865	1.575	865
Imposto de renda diferido	4.376	2.401	4.376	2.401
	<u>5.951</u>	<u>3.266</u>	<u>5.951</u>	<u>3.266</u>

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Corrente				
Contribuição social	(4.935)	(2.571)	(6.244)	(3.744)
Imposto de renda	(13.563)	(7.130)	(17.114)	(10.343)
	<u>(18.498)</u>	<u>(9.701)</u>	<u>(23.358)</u>	<u>(14.087)</u>
Diferido				
Contribuição social	645	(194)	645	(194)
Imposto de renda	1.791	(539)	1.791	(539)
	<u>2.436</u>	<u>(733)</u>	<u>2.436</u>	<u>(733)</u>
	<u>(16.062)</u>	<u>(10.434)</u>	<u>(20.922)</u>	<u>(14.820)</u>

d) Conciliação do imposto de renda e contribuição social do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	40.238	30.964	50.827	40.942
Eliminações .ajustes efeito controlada	-	-	7.579	7.469
	<u>40.238</u>	<u>30.964</u>	<u>58.406</u>	<u>48.411</u>
Despesa tributária pela alíquota oficial (IR – 25%; CSLL – 9%)	(13.681)	(10.528)	(19.858)	(16.460)
Exclusões (adições) permanentes	(143)	2.429	(143)	2.429
Exclusões (adições) temporárias	(5.310)	(2.331)	(5.310)	(2.331)
Efeito tributação em controlada	-	-	1.317	1.546
Outros	3.072	(4)	3.072	(4)
	<u>(16.062)</u>	<u>(10.434)</u>	<u>(20.922)</u>	<u>(14.820)</u>

A companhia reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias fundamentada por projeções orçamentárias aprovadas pela Administração, as quais indicam lucros tributáveis e realizações futuras, que seguem uma estimativa de realização de sua totalidade em 2016.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital

O Capital Social é de R\$120.000, subscrito e integralizado e é composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b) Reserva Legal

O saldo de Reserva legal conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404.76, refere-se a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia mantém registrado nesta rubrica, o valor de R\$ 12.061 -(R\$10.852 em 2014)

c) Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício.

Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício.

Demonstração do cálculo dos dividendos submetidos à aprovação da assembleia:

	31.12.2015	31.12.2014
Lucro líquido do exercício	24.176	20.530
Reserva legal	(1.209)	(1.027)
Lucro líquido para cálculo dos dividendos	22.967	19.503
Dividendos propostos - 30%	6.890	5.851

Os dividendos propostos correspondem a R\$650,29 -(R\$552,21 em 2014) por lote de mil ações ordinárias e R\$715,32 -(R\$607,43 em 2014) por lote de mil ações preferenciais, e não levam em conta os efeitos da adoção dos CPCs.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao registro do ajuste de avaliação patrimonial de bens próprios e de controladas, líquidos dos tributos e realizações. O imposto de renda e a contribuição social diferido foram calculados de acordo com a opção tributária de cada empresa (lucro real ou presumido) e ajustados pelas alíquotas vigentes.

16. GASTOS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
<u>Por função:</u>	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Custos dos produtos	(709.322)	(710.267)	(709.322)	(712.057)
Despesas com vendas	(159.942)	(163.044)	(159.942)	(163.166)
Despesas gerais e administrativas	(86.980)	(62.569)	(106.444)	(77.920)
Outras receitas	8.950	957	9.193	1.974
	(947.294)	(934.923)	(966.515)	(951.169)
	Controladora		Consolidado	
<u>Por natureza:</u>	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Depreciações e amortizações	(12.265)	(11.119)	(12.830)	(11.241)
Despesas com pessoal	(66.674)	(61.082)	(76.880)	(68.785)
Matérias primas e materiais	(540.480)	(554.497)	(540.480)	(556.286)
Fretes	(97.982)	(104.206)	(97.982)	(104.210)
Outras	(229.893)	(204.019)	(238.343)	(210.647)
	(947.294)	(934.923)	(966.515)	(951.169)

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Total M\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e lucros cessantes	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento danos elétricos e demais riscos	Patrimonial	115.000	Junho 2016
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos e danos morais.	RC	10.000	Junho 2016
Responsabilidade Civil	Administradores	RC D&O	10.000	Junho 2016
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho 2016
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000 cabotagem 400 rodoviário	Abril 2016
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional	US\$ 3.000	Abril 2016

18. TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
PIS e COFINS	2.715	4.053	2.715	4.053
Imposto de renda retido na fonte	827	1.234	827	1.234
Imposto de renda e contribuição social	4.283	6.394	4.291	6.448
	<u>7.825</u>	<u>11.681</u>	<u>7.833</u>	<u>11.735</u>

Em 2009 a companhia aderiu ao programa REFIS IV, instituído pela Lei 11.941.2009, incluindo débitos pendentes de liquidação por falta de homologação da compensação de créditos por parte da RFB, que ainda encontrava-se em discussão até aquela data.

Com a reabertura do REFIS IV instituída pela Lei 12.865.2013 e posteriormente pela Lei 12.973.2014 que alterou os prazos de adesão à Lei 11.941.2009, a Companhia incluiu o valor de R\$3.474-(2013) e R\$ 1.434-(2014), respectivamente, decorrente de débitos de Imposto de renda e Contribuição Social, pendentes até 30 de novembro de 2008, os quais a companhia vinha discutindo na esfera administrativa judicial. Desta forma, em 31 de dezembro de 2015 o montante do parcelamento atualizado, e líquido das parcelas pagas, é de R\$7.825 controladora -(R\$7.833 consolidado), em 2014 -R\$11.681 controladora -(R\$11.735 consolidado). Nestas demonstrações o REFIS, esta sendo apresentado na rubrica “obrigações sociais e tributárias”, no circulante R\$4.947 controladora -(R\$4.955 consolidado), em 2014-R\$ 4.539 controladora -(consolidado R\$4.593) e no não circulante R\$2.878 (controladora e consolidado), e em 2014 -R\$7.142 controladora e consolidado).

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E QUESTIONAMENTOS LEGAIS

No desenvolvimento de suas operações, a companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, ou remotas e não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis, é de aproximadamente R\$143.767 e (R\$70.517 - 2014).

A administração decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Passivo Circulante				
Provisão para contingências	62.746	44.581	64.172	46.007
(-) Depósitos judiciais	(2.529)	(2.498)	(3.955)	(3.924)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	60.217	42.083	60.217	42.083

A JOSAPAR e sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS, essa na qualidade de terceira outorgante de hipoteca garantidora, são réus em ação ordinária de cobrança movida em 2004 por Sonae Distribuição do Brasil (sucetida por WMS Supermercados do Brasil Ltda.), que em 28 de julho de 2010, foi julgada em primeiro grau parcialmente procedente, com a condenação ao pagamento de R\$38.981 MI. A companhia protocolou apelação que foi julgada em novembro de 2011 pela 12ª Câmara Cível, dando o provimento parcial às suas pretensões e reduzindo o valor inicial de condenação de R\$38.981 MI para R\$17.737 MI, reconhecendo o direito a juros de mora de 1% a.m. e IGP-M contados do ajuizamento da ação em março de 2004. As partes interpuseram os embargos de declaração, agravo de instrumento e execuções provisórias, em grau de recurso no Supremo Tribunal de Justiça - STJ. Os consultores legais, mencionam que os recursos especiais das rés sustentam teses idôneas, cujo exame, e no entender, não implica reexame de prova e, se tais recursos forem apreciados e providos, terão possibilidade jurídica de reversão de condenação das rés ou pelo menos da solidariedade passiva atribuída a REAL EMPREENDIMENTOS. A probabilidade objetiva é a de não se oportunizar a redução dos atuais parâmetros da condenação ao pagamento de pretensão de R\$17.737 MI, sobre a qual persiste a discussão sobre a atualização e juros. A companhia, suportada pela opinião dos consultores legais, decidiu registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis. A ação, se definitivamente julgada procedente contra a companhia, estará com sua execução garantida pela já referida hipoteca constituída pela REAL EMPREENDIMENTOS, de valor comprovadamente suficiente.

Adicionalmente, a companhia postula, por meio de processo judicial no STF, impetrado em 2000, a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2015, calculado a partir de 1995 até o advento das Leis nº 10.637.02 e nº 10.833.04, ainda não contabilizado, está em R\$33.784— controladora e consolidado (31 de dezembro de 2014: R\$32.455 – controladora e consolidado), com placar favorável aos contribuintes de seis votos contra um para ao fisco, atualmente, a pedido de vistas de ministros, essa tese encontra-se com julgamento suspenso no Supremo Tribunal Federal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Lauro de Oliveira Lapa
(Presidente)
Luciano Adures de Oliveira
(Vice- Presidente)
Ary Teixeira de Oliveira
Augusto Lauro de Oliveira Júnior
Sérgio Martins de Oliveira
(Conselheiros)

DIRETORIA

Luciano Adures de Oliveira
(Diretor- Presidente)
Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Diretor Vice- Presidente e de
Relações c. Investidores)
Luiz Augusto Barcelos Krause
(Diretor Comercial e Operacional)
Marcelo Augusto Furlan dos Santos
(Diretor Administrativo e Financeiro)

CONTADORA

Mara Lúcia Soares da Fonseca
CRC-RS 50.772